

A PRODUÇÃO DE ARROZ ORGÂNICO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO RIO GRANDE DO SUL

Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria.

Vanderlei de Souza e Oliveira

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de São Paulo.

Mestrando em Desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe

Vanderleidesouza495@yahoo.com.br

Leandro Feijó Fagundes

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo

fagundesgeografia@gmail.com

RESUMO

As famílias camponesas assentadas no Rio Grande do Sul ocupam espaço fundamental na produção de alimentos no estado, buscando através da produção estabelecer um processo de relação recíproca com a natureza, a fim de garantir aos camponeses e para o conjunto da sociedade, alimentação saudável e alterar o modelo agrícola vigente. Produzir organicamente e permanecer no campo na atualidade tem se tornado tarefa diária de resistência para o conjunto dos camponeses, pois a constante atuação do capital através do agronegócio buscam desterritorializa-los, expropriando suas terras, controlando as formas de produção e comercialização.

Em contraponto ao modelo capitalista de produção, a Via Campesina propõe um novo modelo agrícola, tendo na Reforma Agrária as bases na qual a distribuição dos meios de produção para os camponeses possa proporcionar a descentralização da riqueza, a desconcentração da terra, e novas relações de trabalho no campo, onde as famílias constituam espaços de sociabilidade e cooperação do trabalho e dos bens produzidos, estabelecendo com outros setores da classe trabalhadora enfatizando que outro tipo de agricultura é possível. Propondo que os bens naturais estejam a serviço do conjunto da população e não apenas que atendam aos interesses de poucos.

Entende-se que com toda a terra agricultável existente no Brasil e no mundo, possa se produzir alimentos para alimentar toda a população mundial, sem que pessoas morram de fome todos os dias em todos os continentes, porém na atualidade boa parte dos produtos que são produzidos e que poderiam servir para alimentar a população está sendo utilizada como matéria prima para servir de fonte de energia para indústria, este modelo, no entanto é contraditório ao modelo camponês e ao que se propõem a Via Campesina que defende a produção diversificada para a base alimentar.

A produção de arroz orgânico é uma experiência que possibilitou as famílias camponesas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) encontrar alternativa para resistir no campo, se contrapondo ao modelo do agronegócio. A partir da formação dos grupos de produção e constituição de cooperativas de produção, industrialização e comercialização, possibilitou agregação de valor na produção, sem a intervenção dos atravessadores esta produção é comercializada diretamente com órgãos governamentais, que disponibilizam para escolas, hospitais, famílias carentes e em cestas básicas distribuída pelo governo em seus diversos programas.

Palavras chave: Camponeses- alimentação- orgânico- resistência

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um conjunto de questões, análises, dados e informações, as quais enfatizam que a luta das famílias camponesas, que através da organização, mobilização, conquistaram um lote de terra para se reproduzirem enquanto ser camponês é capaz de proporcionar a emancipação dos trabalhadores, com a efetivação da Reforma Agrária. Estes camponeses assentados desafiaram-se a mudar a lógica produtivista da cultura do arroz, por um modelo alternativo de produção, tendo como base a agroecologia. Nas áreas de Reforma Agrária da região Metropolitana de Porto Alegre - Rio Grande do Sul se prioriza a produção de alimentos sem a utilização de agrotóxicos sendo o arroz a cultura predominante, tendo em vista que esta região é constituída por boa parte de áreas alagadas propicias para o cultivo desta cultura.

Abordamos neste texto as formas organizativas da produção, as quais as famílias optaram em desempenhar, a cooperação, a constituição de cooperativas agrícolas de produção, industrialização e comercialização, o enfrentamento com o modelo tradicional, pautado pela produção intensiva baseados na utilização de agroquímicos e na exploração do trabalho. Demonstramos como aos poucos os camponeses foram ampliando a sua base produtiva, intensificando os métodos organizativos e se apropriando das técnicas produtivas e de agregação de valor a sua produção, fator importante para a resistência camponesa e a permanência no campo.

HISTÓRICO

O estilo de vida dos camponeses assentados, na década de 80 e 90, pelo Programa Nacional de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul tinha como pressuposto amplas relações familiares, com pais, avós e outros componentes da família. Aliado a isto, a vida do acampamento proporcionou a estas famílias, vários desafios, desde lutar por seus direitos de pré-coexistir como camponeses, organizar-se para enfrentar o latifundiário e o poder do Estado, entre outros processos. As mudanças impostas pela necessidade de lutar por um pedaço de terra trouxe outros desafios, que gerou conhecimento e ação organizativa, principalmente na formação de núcleos, de equipes ou setores (da lenha, da saúde, da educação...), nas pautas de reivindicação com o Estado, no confronto com a polícia e principalmente com o latifundiário. Este processo de conflitualidade gerou uma consciência de classe nestes camponeses.

A espacialização das formas organizativas foi de fundamental importância para a construção dos assentamentos, tanto que as instituições construídas por estes camponeses trazem consigo os núcleos de base e os setores, discutidas no tempo de acampamento. Esta organização serve de base no convívio social e político, facilitando a integração com a sociedade em geral, criando os territórios da cooperativa, do grupo, da associação, fortalecendo os processos de convivência.

Segundo, Jose de Souza Martins (1988, p. 20), é característico da sociedade capitalista, desde a sua origem, a exclusão, isto é, o desenraizamento. É própria da sociedade capitalista a tendência de destruir as relações sociais que não sejam relações capitalistas.

Neste sentido, os camponeses assentados procuram firmar uma espacialização, cultivando uma pertença aos seus símbolos de luta, que vai desde ferramentas de trabalho, até bandeiras dos movimentos sociais que lutam pelo direito a terra, daqueles que um dia foram excluídos dela. Esta clareza de seu papel como trabalhador e trabalhadora do campo, ganha corpo na luta de classe, estabelecida pela conflitualidade com o capital.

Os camponeses por sua vez têm um território, de onde extraem sua sobrevivência. A troca de favores, os mutirões, as ajudas mútuas, o trabalho coletivo, a divisão de tarefas, etc. são valores não capitalistas que influenciam na vida social. Estes utilizam o território conquistado como espaço de sociabilidade coletiva, espaço de lazer, espaço de trabalho, espaço de moradia, utilizando a terra para a reprodução social da vida, enquanto o capital utiliza a terra como espaço de exploração e acumulação de lucro.

O processo organizativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, proporcionou a criação da Cooperativa Central de Agricultores de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul – COCEARGS¹ – esta foi criada em 1991 para fomentar e fortalecer a cooperação entre os assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, representar e organizar todas as famílias assentadas, coordenar a assistência técnica, orientar a produção e a comercialização. A COCEARGS é entre tantas outras cooperativas, um processo de experiências que no decorrer dos anos o MST foi procurando aprender com outras organizações de camponeses (as) brasileiros e também de outros países como China, Cuba e União das Repúblicas Socialistas (URSS) a fim de aprofundarem o conhecimento sobre a cooperação agrícola. Neste processo muitas Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs) foram criadas a fim de que as famílias pudessem viabilizar-se economicamente e trabalhar de forma cooperada.

A cooperativa procura incentivar todas as formas de cooperação seja pelas cooperativas, associações vinculadas a ela, até grupos informais das regiões do MST. A COCEARGS, incentiva mais de 14.000 famílias assentadas a garantir o auto-consumo familiar e a geração de renda a partir de sua própria produção. Esta abrange as regiões de Bagé, Santana do Livramento, Piratini, Canguçu, Herval, Missões, Vacaria, Sarandi, Joia, Júlio de Castilho, São Gabriel e Porto Alegre.

Em busca de uma linha de produção nas áreas de várzea dos assentamentos do entorno de Porto Alegre, a COCEARGS, direcionou seus esforços para que os camponeses cultivassem arroz, já que o território conquistado é favorável a este tipo de cultivo. No início das atividades do arroz pelos assentados, segundo Fagundes (2007, p.25) se deu somente no ano de 1995, onde havia uma linha de crédito para as cooperativas dos assentamentos, chamada PROCERA – Programa de Crédito Especial a Reforma Agrária. Como aglutinadora de experiências, a cooperativa além da produção de arroz impulsiona outras cadeias produtivas nas áreas de assentamentos, como a produção leiteira, a qual abrange praticamente todos os 314 assentamentos ligados ao MST no estado e a produção de sementes de hortaliças na grande região de Bagé.

Na região de Porto Alegre este recurso foi utilizado para dar início na atividade orizícola. Nesta época ocorreu a compra de colheitadeira, tratores e outros implementos e benfeitorias como silos, pelas cooperativas da região, vinculadas a COCEARGS. O arroz era cultivado de forma convencional (pacote agroquímico). Na época o importante era entrar na atividade, as primeiras safras dos camponeses assentados, tiveram uma baixa produtividade, devido à falta de estrutura apropriada e de experiência na atividade. Neste período (1995/96), devido ao acordo de baixar as tarifas aduaneiras entre os governos do Brasil, Argentina e Uruguai de alguns produtos, entre eles o arroz, ajudou a baixar os preços do produto, levando ao endividamento dos camponeses assentados.

Os camponeses, devido a alguns insucessos na atividade orizícola, encontravam-se desmotivados, mas havia a necessidade de persistir na busca de soluções para os problemas enfrentados até o presente momento. Muitos camponeses tinham a noção de

¹ Cooperativa Central de Agricultores de Reforma Agrária, que congrega outras cooperativas regionais.

que a agricultura convencional não era a saída para o desenvolvimento dos assentamentos, pois na concepção deles, esta agricultura está focada na absorção de “pacotes tecnológicos”. Segundo Aguiar,

(...) os pacotes tecnológicos, ocorrem nas formas de organizar a produção, seguindo um “conjunto de técnicas, práticas e procedimentos agrônômicos que se articulam entre si e que são empregados indivisivelmente numa lavoura ou criação, seguindo padrões estabelecidos pela pesquisa”. (AGUIAR, 1986: p. 42).

Este modelo de imensa dependência ao capital coloca os camponeses no modelo capitalista de produção, não diferenciando em nada do latifundiário. O Modelo tecnológico desenvolvido pelos camponeses ocorreu dentro da visão agroecologia, que para alguns autores é colocada como ciência que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas. Portanto, esta centrada em princípios científicos, não sendo considerado simplesmente uma prática ou um sistema de produção.

Com o apoio da COCEARGS, Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente e Assistência Técnica da COPTec² deu-se início a processos de capacitação em agroecológica, focando o sistema de produção de arroz na várzea. Neste processo os grupos coletivos, associações e cooperativas puxaram a frente para implementar as primeiras lavouras. Segundo Fagundes (2007, p.26), não foi fácil a transformação das lavouras convencionais para o processo orgânico, no início havia equívocos no manejo da água e do solo, mas aos poucos os camponeses foram se capacitando, aprimorando as técnicas e superando os desafios em relação a produção.

Neste processo de formação, a necessidade de ter uma cooperação entre os camponeses, já que a concepção da agroecologia traz uma quebra de paradigma, procurando ter um olhar sistêmico da agricultura e não univista. Neste momento alguns camponeses não absorveram a ideia da agroecologia, principalmente aqueles mais capitalizados.

A produção de arroz orgânico nos assentamentos iniciou em pequenas áreas (3 a 4 ha), na safra de 1998/1999, basicamente no Assentamento da Capela (Capela/RS), com a Cooperativa COOPAN e no Assentamento Lagoa do Junco (Tapes/RS) com a Cooperativa COPAT.

As experiências práticas desenvolvidas pelas duas unidades, pioneiras, na produção de arroz orgânico, levaram ao interesse de mais famílias do próprio assentamento e de outros, a produzirem arroz orgânico. A partir daí, iniciaram-se as trocas de experiências entre as famílias que vinham produzindo arroz orgânico e as que estavam iniciando ou que tinham interesse na atividade.

No ano de 2002 foi organizado um dia de campo entre as famílias que vinham produzindo arroz de base agroecológica no Assentamento Lagoa do Junco em Tapes/RS, para troca de experiência e estudos em Arroz Pré-geminado orgânico e Rizipiscicultura³. A partir deste ano, consolidou-se o Grupo do Arroz orgânico, como é mais conhecido, que é composto de famílias assentadas que trabalham em Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs), Associações de agricultores, grupo de agricultores e de forma familiar no lote. Neste encontro ficou definido pelas famílias a organização de dois dias de campo e um seminário por ano para trocar experiências, estudos de todo os

² Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos – presta assistência aos camponeses assentados.

³ Consorciado de peixe com o cultivo de arroz irrigado, reduzindo o uso de maquinário, adubos e defensivos agrícolas. As espécies mais utilizadas são as carpas, pelos diferentes hábitos alimentares.

processos produtivos do arroz pré-geminado⁴ orgânico, da produção, secagem/armazenagem, beneficiamento/processamento e formas de comercialização.

Estes camponeses conquistaram o direito de permanecer na terra, e tinham em mente a socialização dos meios de produção (terra, água, biodiversidade, crédito e outros), mas não era suficiente para resistir em seu território, que está em permanente disputa com o agronegócio, havia e ainda há a necessidade de se conquistar outros territórios, como o do conhecimento tecnológico apropriado a classe camponesa, que neste caso a agroecologia foi a alternativa encontrada.

GRUPO DO ARROZ ORGÂNICO

A história e evolução do Grupo do Arroz Orgânico, ainda são recentes, mas desde o começo esta ligada ao ato de conhecer, sempre na incessante busca de explicação dos fenômenos produzidos e existentes na natureza, como no mundo social e individual a que estão inseridos. Para estes camponeses o ato de conhecer é a possibilidade de desvendar os impasses presenciados no seu cotidiano, que por muitas vezes pode levar a rupturas e mudanças, de tal modo que o conhecimento sobre determinado objeto que parecia verdadeiro e aceitável num determinado espaço-tempo, em outro momento pode parecer falsa percepção.

Os camponeses de uma forma geral consolidam os seus conhecimentos práticos através da experiência, ou seja, pelos processos empíricos, que tem como objeto, neste caso, a cultura do arroz na várzea. Poderíamos assim dizer, que o conhecimento nasce do próprio objeto, mas o diferencial aqui, que foge das correntes positivistas, é que o sujeito, neste caso o camponês do Grupo do Arroz Orgânico, além de observar o objeto, ele interage com este, ocorrendo uma permanente transformação entre eles.

Analisando dialeticamente o sistema de cultivo de arroz irrigado, observamos que tudo flui, tudo passa, tudo se move sem cessar, a vida e tudo o mais que existe transforma-se num fluxo permanente; a água que irriga hoje é a mesma e ao mesmo tempo não é a mesma no outro dia, pois tudo se modifica, assim como o camponês.

Pode-se caracterizar o sistema desenvolvido pelo grupo, como um sistema que envolve um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo do agroecossistema. Para estes camponeses, este processo vem como meta à passagem de um modelo agroquímico de produção, para um estilo de agricultura que incorpore princípios e tecnologias de base agroecológica.

Na busca de novos conhecimentos os camponeses encontram um conjunto de tecnologias, que são oriundos de um conhecimento já acumulado na história do campesinato, alguns até milenarmente, como é o caso da rizipiscicultura, e do consórcio com marrecos⁵ desenvolvido pelos camponeses orientais e atualmente praticado por alguns assentados. Neste caso, os camponeses do grupo do arroz orgânico, passaram a olhar o seu objeto não só no presente, mas foram buscar elementos na história humana, que pudesse servir de base para uma transformação concreta, tanto dos aspectos tecnológicos como sociais.

Nesta busca por novas tecnologias, os camponeses conheceram novas operações, manusearam novas ferramentas, aprimoraram habilidades e fortaleceram a capacidade de improvisação, perante a realidade. A construção do conhecimento pelo grupo tem como base o diálogo, que está focado na realidade concreta; quando um camponês relata

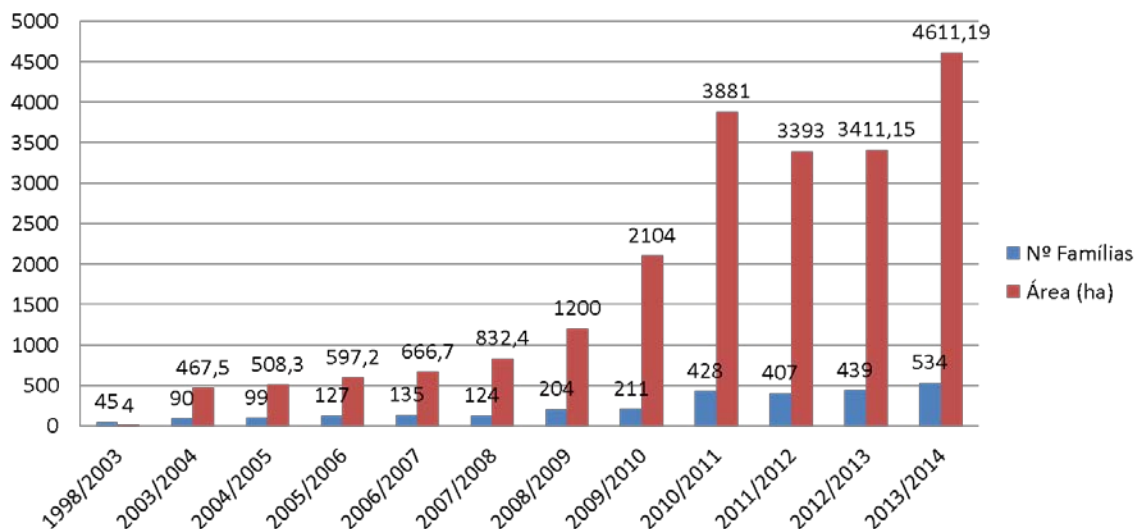
⁴ Pré-geminado - caracteriza como um conjunto de técnicas de cultivo de arroz irrigado adotado em áreas sistematizadas onde as sementes, previamente germinadas, são lançadas em quadros nivelados e inundados.

⁵ Sistema utilizado pelos chineses, que consiste em um consórcio de plantas de arroz e marrecos pequim.

a sua atividade diária, observa-se que ele transmite uma informação elaborada, organizada, com vários elementos metodológicos e tecnológicos, embora que muitos destes conhecimentos não tenham uma base científica. Estes elementos com certeza constituem uma das formas de resistência perante a classe dominante.

No gráfico 01 demonstra a evolução do número de famílias e a área plantada, trabalho este, fruto da cooperação do Grupo do Arroz Orgânico, que saiu da experiência de 4 ha com 45 famílias envolvidas passando para 4.611 ha com 534 famílias, tornando-se um processo de resistência com fortes tendências de incorporar novas famílias.

Gráfico 01: Evolução do N° de Famílias e Área Plantada (ha)



Fonte: COOTAP

COMERCIALIZAÇÃO

Para alguns autores, dentro do território podem se estabelecer espaços que mandam e espaços que obedecem diante desta afirmação se poderia dizer que a comercialização do arroz seria um território comandado pelo agronegócio e os camponeses, seriam os comandados. De certa forma sim, porém, esta pode ser uma visão superficial do funcionamento do território, o comando e a obediência resultam de um conjunto de condições, e não de uma delas isoladamente.

Neste sentido ao analisar a cadeia produtiva do arroz nota-se certo controle do agronegócio, mas isto não tira a possibilidade destes camponeses de lutarem por alternativas, de construir um comércio que se relacione com os consumidores.

O mercado do arroz é concorrencial, visto que o preço é formado entre a interação da oferta e demanda, porém, este mercado não considera os impactos ambientais provocados pelo agronegócio. A sociedade teria que construir mecanismos

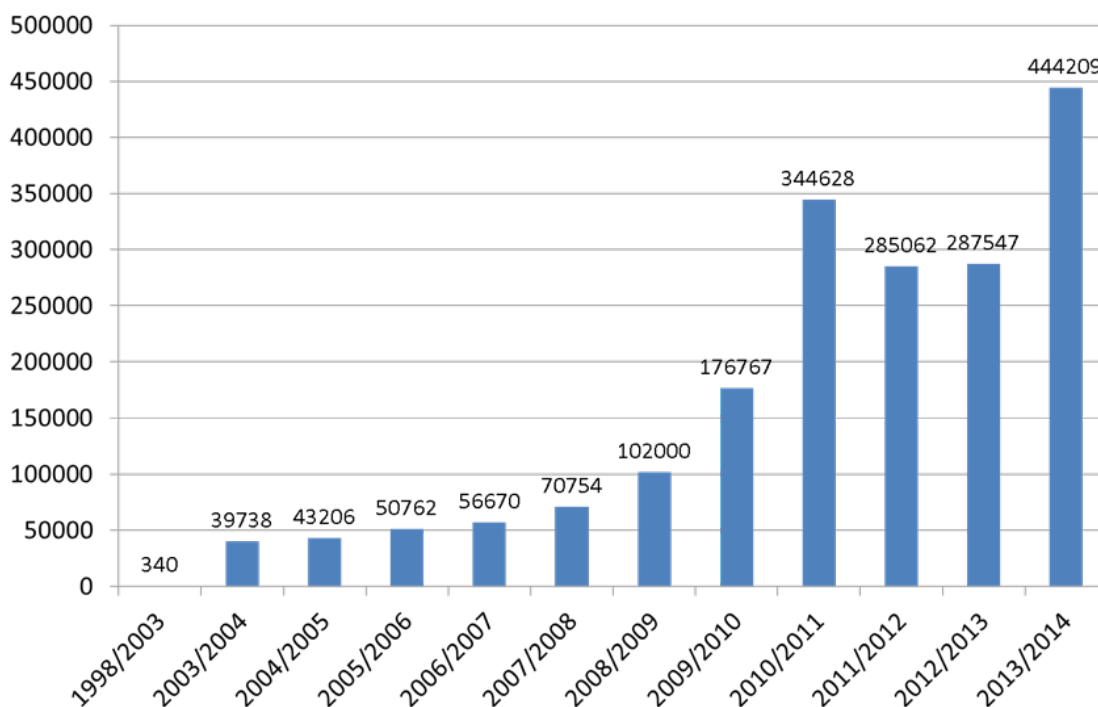
que incorporasse a “entropia⁶” nas atividades agrícolas, valorizando as matrizes tecnológicas de menor impacto a meio ambiente.

Se as leis de mercado controlam os preços do produto, resta aos camponeses diminuir custos, e neste caso a nova matriz tecnológica, baseada nos princípios agroecológicos, vem operacionalizar esta intencionalidade dos camponeses. Os custos de produção do grupo do arroz orgânico ficam entorno de R\$ 2.160,00/ha com uma produtividade de 97 sc/ha limpo e seco, com um custo por saca de R\$ 22,2 (COOTAP⁷). E do arroz convencional fica entorno de R\$ 4.890,64/ha, com produtividade de 150,73 sc/ha limpo e seco, tendo um custo por saca de R\$ 32,45. (IRGA⁸)

O primeiro passo, os camponeses assentados deram, com a diminuição dos custos, mas havia a necessidade de ter um controle maior da cadeia do arroz, já que estes camponeses estão produzindo um alimento orgânico e na hora de secar e beneficiar, não há secadores para processar somente o arroz orgânico, diferenciando o produto, assim nos primeiros anos todo arroz orgânico ia para o mercado, como convencional.

Primeiro os camponeses tiveram um domínio tecnológico da nova matriz, depois ouve a necessidade de se ter um controle da secagem e beneficiamento, para somente ai entrar no mercado, como produto diferenciado e assim disputar o mercado com um “plus” maior, ou seja, como produto orgânico. No gráfico 02 demonstra a produtividade em sacas desde 1998 do Grupo Gestor do Arroz, comprovando a eficiência da matriz tecnológica adotada.

Gráfico 02: Evolução da Produção em sacas



Fonte: COOTAP

⁶ Termo utilizado para incorporar o custo energético para produzir.

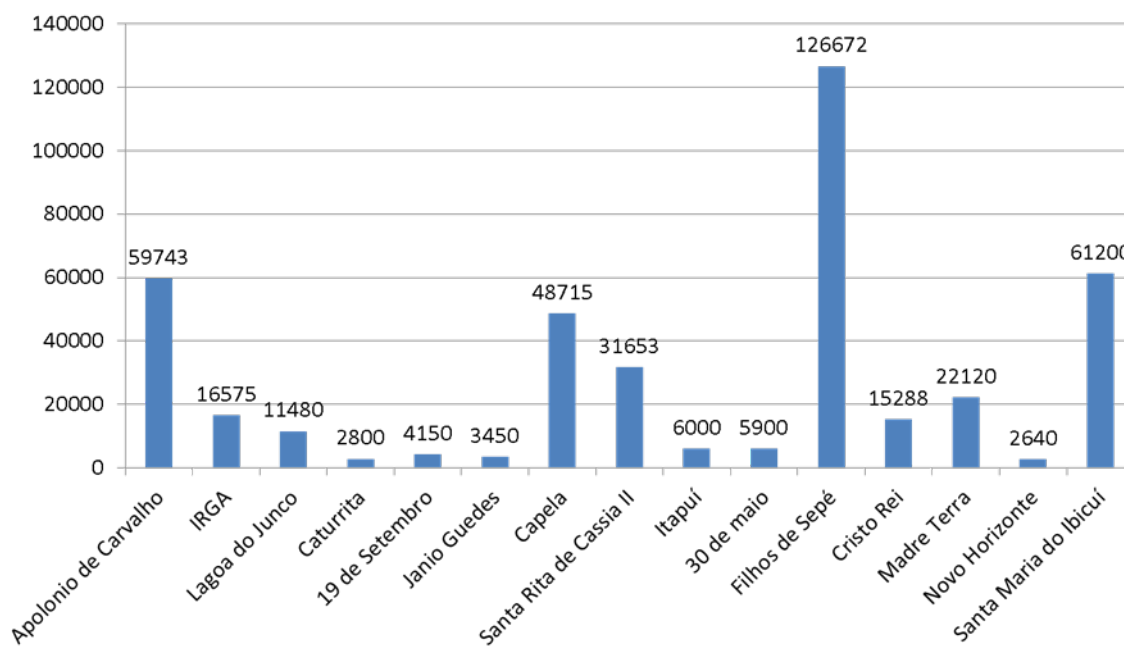
⁷ Informação obtida junto ao corpo técnico da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre.

⁸ Instituto Riograndense de Arroz.

Atualmente o Grupo do Arroz Orgânico tem duas unidades de beneficiamento com potencial de beneficiar entorno de 50 sacas/hora – agroindústria da COOPAT⁹, e 70 sacas/hora – agroindústria COOPAN¹⁰, junto a estas unidades também tem silos secadores. Estas duas cooperativas estão vinculadas a COOTAP - Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre, tem também conta com silos secadores para secagem e armazenagem. Toda esta estrutura é vinculada a cooperativa estadual – COCEARGS.

Embora tenha esta estrutura das cooperativas, quem conduz os processos é o Grupo Gestor do Arroz Orgânico, que são constituídos por representantes dos grupos de produção de arroz, isto da condição para democratizar as decisões e rumos da cadeia do arroz. No gráfico 03 demonstra a produção de cada assentamento e a capilaridade do Grupo Gestor do Arroz Orgânico, que localiza-se, na sua maioria, nos assentamentos do entorno de Porto Alegre, são eles: Apolônio de Carvalho, Irga, Lagoa do Junco, Caturrita, 19 de Setembro, Jânio Guedes, Capela, Santa Rita de Cassia II, Itapuí, 30 de Maio e Filhos de Sepé. Porém, o grupo expandiu o processo organizativo para a região do entorno de São Gabriel, com os assentamentos Cristo Rei, Madre Terra, Novo Horizonte e Santa Maria do Ibicuí.

Gráfico 03: Produção por assentamentos safra 2013/2014



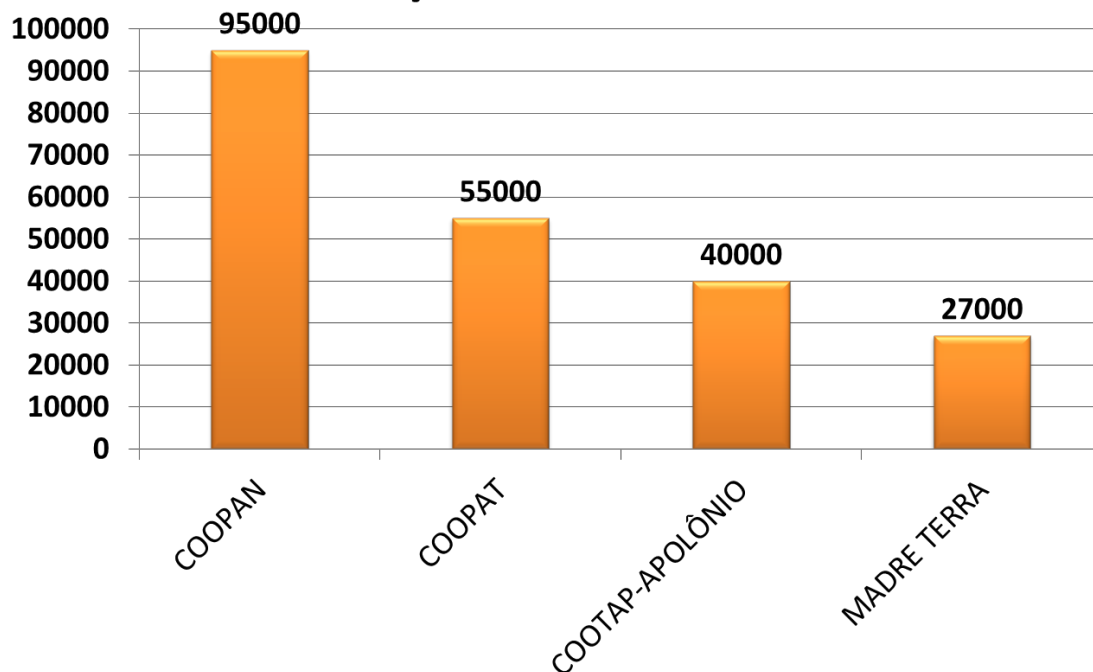
Fonte: COOTAP

No gráfico 04 demonstra a capacidade da estrutura de secagem e armazenagem do arroz orgânico, onde além da COOPAN e COOPAT também são formadas pelas estruturas dos Assentamentos Apolônio de Carvalho, localizada no município São Gerônimo próximo a Porto Alegre, e Madre Terra, localizada no município de São Gabriel, ambas coordenada pela COOTAP. Os agricultores assentados de São Gabriel (Assentamentos recentes 2009) se incorporaram por último ao processo de produção do arroz orgânico, esta região fica localizada na campanha gaúcha, ficam aproximadamente 300 km de Porto Alegre.

⁹ Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes – Ltda .

¹⁰ Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados Nova Santa Rita Ltda .

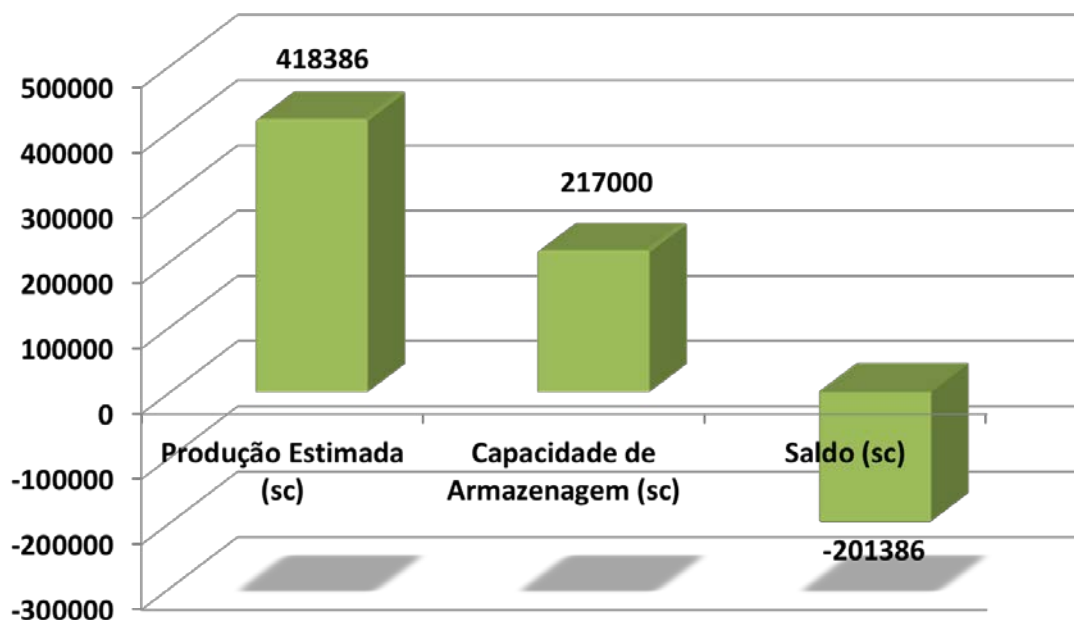
**Gráfico 04: Estruturas de secagem e armazenagem
situação atual: 217.000 sacas**



Fonte: COOTAP

No gráfico 05 evidencia o déficit de estrutura que o grupo enfrenta, com uma produção de aproximadamente de 481.000 sacas falta lugar para mais de 200.000 sacas.

Gráfico 05: Situação atual de armazenagem



Fonte: COOTAP

A COCEARGS, através da força política do MST e com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, buscou recursos junto ao BNDES¹¹ para melhorar a infraestrutura produtiva básica dos assentamentos, com isto pretende suprir a necessidade de infraestrutura para secagem e beneficiamento do arroz.

Outra ação prioritária do grupo é a consolidação de mercados, neste sentido a produção do arroz está sendo escoada no comércio local (loja da reforma agrária, lojas de produtos orgânicos e feiras), Jasmine¹², CONAB¹³. Apesar destes mercados, que se abriram a partir da certificação do produto, que ocorreu a partir da safra 2002/2003, este campo da comercialização, tem demandado muito esforço do conjunto dos camponeses, visto que estes não estão acostumados a lidar com um mercado destas proporções, que exige um nível de profissionalização devido à concorrência e ao jogo de interesses do capital. Hoje as unidades da COOPAN e da COPAT estão processando arroz, certificados pelo Instituto de Mercado Ecológico – IMMO – que inicialmente foi através da “empresa Jasmine”, que tem uma linha de produtos orgânicos certificados pela IBD – Instituto Biodinâmico e atualmente os camponeses se articularam via COCEARGS, que se credenciou como organizadora a IMMO.

A crescente demanda por alimentos produzidos sem agrotóxicos oportunizou um nicho de mercado, contrapondo o atual padrão agroalimentar de produção. A oferta de aproximadamente 13.000 toneladas de arroz orgânico certificado, pelos camponeses assentados do Estado do Rio Grande do Sul, proporcionou novas oportunidades, mas em contrapartida muitos desafios, entre eles a distribuição e a venda do produto. Para estes camponeses a comercialização direta, através das feiras livres, é considerada importante por propiciar a aproximação direta com os consumidores finais. Entretanto, este formato de comercialização está se mostrando sem condições de atingir os objetivos dos camponeses, que é o escoamento da produção, principalmente quando utilizado como única ou predominante estratégia de distribuição de alimentos orgânicos.

Perante esta realidade, surge uma alternativa protagonizada pelo Estado brasileiro, que é o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e FNDE - Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação. Ambos possibilitam a entrega de maiores volumes, facilitando o escoamento da produção.

Ao analisar estas informações citadas acima o nível de conflitualidade existente neste mercado, hoje em dia as empresas estão se apoderando dos conceitos e produtos orgânicos para disputar nichos de mercados, como neste caso o arroz orgânico. Vimos que os camponeses assentados, por falta de opção no momento, optaram certificar seu produto por estas empresas. Mas o Grupo Gestor do Arroz Orgânico tem claro, que esta não é a saída para o futuro e tem que se unir com outros camponeses que produzem orgânicos, para certificarem seus produtos de forma participativa. Estes camponeses estão em busca destas alternativas, como é o caso da implantação do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica – OPAC.

¹¹ Banco Nacional de Desenvolvimento Social

¹² Jasmine – Empresa certificadora de produtos orgânicos.

¹³ CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste artigo, apresentar um conjunto de fatores os quais constatamos e confirmamos através das pesquisas que os assentamentos de reforma agrária, a agricultura camponesa os pequenos módulos produtivos com produção diversificada são a alternativa ao modelo agroexportador adotado pelo Estado brasileiro. Os exemplos de produção em pequenas áreas de assentamentos comprovam também que a causa da fome de milhões de pessoas no mundo não é pela falta de terras produtivas, ou pela falta da produção de alimentos, mas sim causada pelos interesses do capital que concentram os estoques, os espaços de distribuição e comercialização dos alimentos, preferindo deixar que estes se percam nas lavouras, nos armazéns, buscando através das bolsas de valores ampliare seu lucro ao invés de proporcionar que estes alimentos cheguem à mesa da população. Evidenciamos neste conjunto de questões elementos que possibilitam contextualizar os processos de conflitualidade, enfrentados pelo grupo do arroz orgânico nas áreas de assentamentos do MST, segundo Fernandes,

“conflitualidade é inseparável ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultânea das relações sociais” (2006, p. 193).

Para isto abordamos aspectos da multidimensionalidade, que constituem a complexibilidade dos movimentos socioterritoriais que compõem a organização do Grupo do Arroz Orgânico, realizando uma leitura, embora que superficial, mas que apresenta alguns aspectos da totalidade das relações sociais tanto no “tempo como no espaço” das ações destes camponeses. Movimento de recriação do sujeito camponês assentado, que na sua origem não estava acostumado com a cultura do arroz, e que as condições reais das áreas de assentamentos desta região forjou um ser histórico convicto de que a luta pela terra é viável e possibilita a emancipação do camponês enquanto sujeito construtor de sua própria condição social.

O avanço da agricultura camponesa na produção com base agroecológica, a exemplo do arroz orgânico, traz consigo uma conscientização em forma de ação, mesmo que estas decisões em produzir agroecologicamente apresentem um grande grau de conflitualidade. O desafio de iniciar a produção orgânica em um território conquistado vem como processo de resistência do campesinato ao agronegócio. O arroz é um alimento básico da população, um dos cereais mais consumidos no mundo, isto é de grande valia para estes camponeses que estão oferecendo um produto de qualidade sem uso de venenos. São a partir destas experiências de produção que podemos afirmar que é possível produzir alimentos saudáveis para o conjunto da sociedade, pois os alimentos ou as matérias-primas produzidas pelo modelo do agronegócio vêm carregados de agrotóxicos, exploração da força de trabalho e destruição do meio ambiente, concentração da terra e da renda.

A organização e formação de coletivos, ainda nos acampamentos do MST foi o que possibilitou a conquista de territórios. Da conflitualidade surgiu a cooperação, para viabilizar a produção, construindo um modelo mais sustentável, onde sem dúvida nenhuma, a produção isolada, sem vínculo ou aproximação entre os camponeses, dificilmente teria fôlego para permanecer na atividade. Este processo de cooperação possibilita ampliar os horizontes produtivos e comerciais, condição esta inviável na forma de produção individualizada, onde o indivíduo precisa traçar todo o caminho

sozinho, ou, se adequando ao modelo vigente procurando competir com as estruturas do capital, que já estão pré-estabelecidas na produção de arroz. Este caminho inviabilizará toda e qualquer iniciativa camponesa.

Nas pesquisas com agricultores, dirigentes regionais do MST, membros das cooperativas, constatamos que um dos grandes desafios posto a estes camponeses na atualidade, já superado algumas barreiras, é o controle da cadeia produtiva do arroz, tentar atingir o consumidor de forma mais direta possível, e sensibilizando-o para sua luta, pela causa da reforma agrária. E que este consumidor se sensibilize e valorize o resultado de seu trabalho, do seu sofrimento, de sua esperança, através do alimento oferecido a ele consumidor. Pois dentro das dificuldades mais frequentes não está o processo de produção e industrialização, mas sim na comercialização momento em que as forças do capital procuram de toda forma inviabilizar as iniciativas camponesas.

Ainda estas forças do capital com suas grandes indústrias agroquímicas formam verdadeiros oligopólios e monopólios, com faturamentos de 4,5 bilhões de dólares ano (2004), e com um volume de 250.000 toneladas de veneno ano, envolvendo entorno de 440 ingredientes ativos em 1097 produtos comerciais, destes, 45% são herbicidas, 27% são inseticidas e 28% são fungicidas (ANVISA, 2007). Perante este quadro o “planeta” pede por socorro e uma das formas de concretizar e consolidar antes de tudo uma justiça social, que coloque a humanidade como centro da questão e não a ganância.

O MST juntamente com outras entidades sociais e órgãos governamentais comprometidos com o bem estar do ser humano, precisam criar mecanismos de conscientização da população e setores conservadores dos governos, para os perigos que representam esta agricultura petrodependente, ou seja, dependente exclusivamente do petróleo, para óleo diesel, adubos, uréia, venenos (inseticidas, fungicidas) e outros, ou procurar, iniciando pela sua base reduzir ao máximo ou banindo a utilização destes produtos, pois esta agricultura tem altos custos de produção, como vimos nos dados obtidos na cultura do arroz convencional, tornando-se insustentável ao longo dos anos.

Quando o homem altera o meio ambiente em uma velocidade muito rápida, como, por exemplo, quando transforma os oceanos de petróleo da crosta terrestre em um gás na atmosfera, (ele) cria uma situação na qual o ambiente muda mais rápido do que a sua própria velocidade de adaptação. (Dalai Lama)¹⁴

Razões como esta e movidos pela necessidade é que faz o Grupo Gestor do Arroz Orgânico, ligados ao MST, acreditar nos princípios agroecológicos e persistir nos seus desafios ampliando a produção e reduzindo o preço para os consumidores, principalmente para as classes pobres que não tem acesso a alimentação de qualidade.

¹⁴ THOMPSON 2001. p.17 – reproduziu uma observação de Dalai Lama, no encontro de Lindisfarne Fellows.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Ronaldo Conde. Abrindo o pacote tecnológico. São Paulo, Polis /CNPq, 1986.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.3, n.2, p.13-16, abr./mai. 2002.

FAGUNDES, L. F. 2007. Territorialização Camponesa, através de uma Nova Matriz Tecnológica. Trabalho apresentado para o Curso Especial de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho. Porto Alegre.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os desafios da geografia agrária para explicar as políticas de reforma agrária nos governos Cardoso e Lula. In: Silva, J B. da: LIMA, L. C.: E.IAS, D. (orgs.). Panorama da geografia brasileira. São Paulo: Annablume. 2006. D. 191 – 202.

Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA). Dados de safra. Disponível em <http://www.irga.rs.gov.br>. Acessado 14/11/2014.

MARTINS, Jose de Souza. O problema das migrações no limiar do terceiro Milênio. In: Serviço Pastoral dos Migrantes, et. Al. (orgs.). O fenômeno migratório no limiar do 3º milênio: desafios pastorais. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARTINS, Jose de Souza. Os camponeses e a política. Vozes - Petrópolis-RJ, 2ª edição, 1983 p. 185.

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. Diretrizes e Estratégicas do Fundo Nacional do Agronegócio, 2002, pág. 5. Disponível em http://www.mct.gov.br/upd_blob/6285.pdf. Acessado em 09/10/2014.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo, Globalização e meio técnico-científico informacional. Ed. Hucitec, São Paulo, 1994, p.190.

SILVA, Letícia Rodrigues. Palestra sobre Agrotóxico - Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, Distrito Federal, 2007.

ROMERO, Daniel. “Marx e a técnica: Um estudo dos manuscritos de 1861 – 1863”. 1º ed. – São Paulo: Expressão Popular - 2005.

THOMPSON, William Irwin (org.). Gaia: uma teoria do conhecimento. Traduzido por Silvio Cerqueira Leite. 3º ed. – São Paulo: Gaia, 2001.